

O DECÁLOGO DA DESCONSTRUÇÃO: TRADUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO NA OBRA DE JACQUES DERRIDA

Érica LIMA¹
Marcos SISCAR²

- RESUMO: Este trabalho tem como objetivo traçar um retrato em negativo daquilo que se poderia chamar o método de leitura da desconstrução como ponto de partida para se entender o processo de tradução como forma de constituição do sentido. O estatuto ambivalente da desconstrução tem um correspondente na situação teórica da tradução, na medida em que supõe a diferença constitutiva de toda leitura, implicando uma sobrevivência da língua do outro.
- PALAVRAS-CHAVE: Desconstrução; Jacques Derrida; tradução; métodos críticos.

tentar ao menos uma determinação negativa das significações ou conotações que devem ser evitadas, *se possível*. Então, a questão seria: o que a desconstrução não é? ou, melhor dizendo, o que *deveria* não ser?

(Jacques Derrida)

Introdução

Como um dos fenômenos intelectuais dos mais relevantes na atualidade, e já há algumas décadas, a “desconstrução” tem se tornado

1 Aluna de pós-graduação de Letras – IBILCE – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP. ericalim@zaz.com.br

2 Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – IBILCE – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP. siscar@tll.ibilce.unesp.br

objeto do maior interesse por parte não só da academia, mas igualmente da mídia e, recentemente, da cultura de massas. Basta lembrar o uso paródico que dela se tem feito na literatura, na pintura ou no cinema para termos uma idéia de seu alcance cultural, sobretudo no mundo anglo-saxão. Associada à figura paterna do filósofo francês Jacques Derrida, a desconstrução aparece na mídia sobretudo como uma corrente da “pós-modernidade”, vinculação que, desde já, abandonaremos com o intuito de evitar o amálgama, muito comum, entre obras e teorias distintas entre si, ao qual se segue freqüentemente uma banalização teórica.

Esse estado de coisas não é fortuito, evidentemente. Ele está ligado ao contexto político-institucional da discussão sobre a desconstrução, sobre seu pretensão relativismo e indeterminação, idéia que não resiste a uma leitura medianamente respeitosa dos textos derridianos. Os estudos recentes sobre as implicações da desconstrução na prática da tradução mostram, inclusive, em contrapartida, a tendência de se sublinhar uma espécie de hiper-responsabilização do tradutor. Daí o caráter patético dos casos em que tanto seguidores quanto detratores da obra de Derrida admitem emitir juízos sobre ela sem ao menos tê-la lido. O caso de Habermas (1988), que pretende contestar o trabalho de Derrida apoiando-se tão-somente em seus vulgarizadores é, nesse aspecto, emblemático.

As idéias feitas sobre o assunto têm tido, portanto, um peso bastante grande no debate atual. Por isso, tentaremos aqui esclarecer alguns pontos mais problemáticos, mostrando que o movimento de pensamento da desconstrução, como movimento de leitura, pode ser associado ao da tradução. Dessa maneira, ficariam abaladas tanto a idéia da desconstrução como método de análise independente de seu “objeto”, neste caso puramente acessório, quanto a idéia da atividade tradutória como processo desvinculado de uma certa capacidade crítica envolvendo, portanto, o reconhecimento de certos pressupostos ou exclusões (lingüísticos, críticos, ideológicos etc.). Dizendo de maneira sintética, poderíamos afirmar que a desconstrução é uma tradução, da mesma maneira que a tradução é uma desconstrução.

Questionando idéias feitas

Uma das idéias mais comuns sobre a desconstrução derridiana é que ela critica e procura anular o logocentrismo ocidental, isto é, o pri-

vilégio do *logos*, da palavra, da razão. Sabemos que o "logocentrismo" se manifesta de diversas maneiras, associando-se ao privilégio da voz (fonocentrismo), do masculino (falocentrismo) etc., e que se constitui como uma lógica da exclusão. Dado que a razão se baseia em oposições como filosofia *versus* literatura, voz *versus* escritura, masculino *versus* feminino, entre outras, privilegiando tradicionalmente os primeiros pólos, seria compreensível, para alguns, a importância atribuída por Derrida aos últimos termos das dualidades. Essa opção pelo excluído explicaria também, por meio de uma migração ao campo da *prática*, a ligação da desconstrução com os saberes empenhados nas causas das minorias, contra a centralidade do homem branco, adulto e ocidental.

Não restam dúvidas de que essas preocupações fazem ou fizeram parte de alguma forma da desconstrução. Porém, é necessário lembrar que aquilo que comumente chamamos desconstrução não é uma lógica da inversão, da subversão, no sentido de negação da ordem. Ela é, mais exatamente, um questionamento da hierarquia, um questionamento da oposição que subordina e que pretende excluir aquilo que, na verdade, continua a fazer parte de um sistema. O reconhecimento dessa exclusão não segue um roteiro predeterminado: ele depende das circunstâncias e tem, conseqüentemente, um movimento ou um sentido "estratégico" (Derrida, 1972, p.162). Porém, a desconstrução difere da *crítica*, por não tratar a estratégia como posição de um sujeito puramente ativo, puramente consciente.

Assim sendo, a desconstrução não tem as características de um método, aplicável em quaisquer circunstâncias. Derrida explicita aquilo que, na desconstrução, se liga à *desmontagem* (metáfora mecânica) e à *demonstração* (sentido exegético da análise). Esse é seu sentido ativo, em função do qual podemos dizer "desconstruir" um texto, um raciocínio, uma teoria. Mas, se não se reduz à consciência ativa de um sujeito, se se deixa elaborar pelo apelo do acontecimento, então há também (e ao mesmo tempo) algo de *passivo* que convive com o sentido anterior. Aí se encontra a dificuldade maior para a determinação de seu estatuto teórico, que reconhece o *double bind* do pensamento, seguindo as trilhas necessariamente simultâneas e conflitantes da desmontagem analítica e da resposta aos imperativos ditados pela singularidade.

Nessa articulação problemática se encontraria também algo de essencial na relação entre desconstrução e tradução. A desconstrução não oferece um conjunto de idéias que se podem disponibilizar para o entendimento da tradução, ela não ajuda simplesmente a desmontar o arsenal teórico existente, mas procura dramatizar o caráter inevitável

da *tradução*, num sentido mais amplo, isto é, o caráter inevitável da leitura e suas próprias exclusões. Em outras palavras, considerada dessa maneira, a desconstrução não ensina *como* traduzir, nem exatamente o *que* é o traduzir. O saber sobre a tradução aparece, mas de maneira implícita, provocativamente inabitual, no texto do “desconstrutor”. Se algo como uma tese existe, a desconstrução parece propor que saber o que é traduzir só acontece, só é acessível, na tradução, traduzindo.

Se isso é verdade, nossas frases afirmativas nos trairiam. Se a desconstrução não tem um sentido ativo, definido, autônomo, então como declarar algo a seu respeito, no intuito de defini-la? Se se trata de apresentá-la, conceituá-la, catalogando inclusive seus temas principais, se nos cabe apresentar seus imperativos metodicamente, façamos dela então uma tradução paródica sobre a base de uma “teologia negativa” que Derrida evoca em “Carta a um amigo japonês” (1998; cf. também “Comment ne pas parler”, Derrida, 1987), enfatizando o que a desconstrução *não é* ou *deveria* não ser. Apresentemos, pois, os dez ensinamentos da desconstrução:

1. A desconstrução não tem guru.
2. Desconstrução não é um nome.
3. A desconstrução não é um método.
4. A desconstrução não tem genealogia.
5. Desconstrução não é destruição.
6. A desconstrução não prega a fidelidade.
7. A desconstrução não prega a propriedade.
8. A desconstrução não prega a verdade.
9. A desconstrução não é a lógica do masculino.
10. A desconstrução não é a lógica do mesmo.

Esse decálogo responde a uma necessidade de nomear o sistema da desconstrução, priorizada nos cinco primeiros tópicos, e da tradução, nos cinco últimos. Tanto a desconstrução como a tradução podem ser abordadas a partir do valor “de sua inscrição em uma cadeia de substituições possíveis” (Derrida, 1998, p.24), ato que inclui a substituição de uma pela outra em determinados contextos. Ao falarmos de uma, estaremos falando da outra, através dela. Como afirma Derrida, “a impossível ‘tarefa do tradutor’ (Benjamin) – eis o que quer dizer também ‘desconstrução’” (p.23).

A ambivalência de origem

O primeiro problema a que se defronta uma tentativa de definir a desconstrução é o de sua proveniência. Jacques Derrida não se coloca como criador, idealizador ou como proprietário da desconstrução. Nesse sentido, retomando parodicamente o título de um ensaio de Bernard Henri Lévy (1974), seria possível dizer que a *desconstrução não tem guru*. Podemos apoiar essa proposição com pelo menos duas justificativas: em primeiro lugar, segundo o próprio autor, a “desconstrução” seria uma tradução e uma adaptação a outros propósitos da “*destruktion*” heideggeriana, uma leitura atenta inclusive às perturbações teóricas de seu “original”, não se constituindo, portanto, como um pensamento que se possa atribuir a um autor em especial; em seguida, devemos lembrar que a prática teórica da desconstrução, hoje, excede em muito a nomeação dos próprios autores (de Derrida, inicialmente, e depois da chamada escola de Yale) que se valeram num certo momento desta designação.

A extensa, rigorosa e original obra de Derrida, sem nenhuma dúvida, poderia acomodar aquilo que chamamos comumente uma matriz teórica. Entretanto, ela questiona essa maneira de articular as relações entre produção e leitura. A desconstrução em Derrida é aquilo que interroga a idéia da paternidade do saber, que coloca em xeque a idéia do autor como sendo pessoalmente responsável pela verdade e pelo destino de seus enunciados. A *Farmácia de Platão* (Derrida, 1991) discute esse tema, revelando a ilusão do controle da “*disseminação*” do sentido, de sua instabilidade constitutiva. O que assim se questiona é a idéia da origem reconhecível, noção extremamente importante que não deve ser confundida com a ausência de origem; o discurso constrói o sentido de seu objeto, assim como a tradução constrói o sentido de seu original.

Como dissemos, isso não implica uma anulação da origem: a *desconstrução não é uma destruição* do elemento estabelecido, gesto que conviria melhor à “demolição” nietzscheana, segundo Derrida (1998, p.20). Desconstruir não é sinônimo de desarticular, desfazer, demolir. O pensamento de Derrida não é um pensamento propriamente “iconoclasta”, noção a partir da qual procurava entendê-lo Silvano Santiago (1976) no início de sua repercussão internacional. Uma digressão sobre a *rasura* seria necessária para se entender que o texto não apaga totalmente mas, pelo contrário, destaca sua relação com um evento *original* de sentido problematizado. Não há na desconstrução (embora eminen-

tes pensadores como Paul Ricoeur, Emmanuel Lévinas, Jürgen Habermas possam ter se precipitado a esse respeito) o preceito da destruição, do parricídio que instauraria uma nova hierarquia: a do leitor. A perturbação da autoridade paterna, nesse caso, deveria levar a uma outra maneira de se conceber o sentido, em que essa ambivalência da origem fosse elevada a elemento constitutivo da produção e recepção do conhecimento.

O mesmo problema se deve colocar com relação à procedência da desconstrução. Derrida se refere à relação dupla que mantinha com o estruturalismo em sua época de dominância no cenário intelectual, lembrando que “desconstruir era também um gesto estruturalista”, na medida em que assumia a necessidade da problemática da *estrutura*, ao mesmo tempo que era um gesto “antiestructuralista”, na medida em que se tratava de des sedimentar as estruturas (Derrida, 1987, p.21). Temos aí uma complicação da relação genealógica semelhante àquela que liga Derrida a Heidegger, a Nietzsche, a Lévinas etc. Considerada como um conjunto de traços que não se esgota na indicação redutora de suas origens, *a desconstrução não tem genealogia*, ela questiona e, de certa forma, *excede* a de seus antecessores. De maneira análoga, a indicação de seus “sucessores” não chega a configurar aquilo que tranquilamente chamamos de *família* teórica.

Sem reduzir-se a uma reapresentação de determinadas fontes ou na reprodutibilidade transformada em influência, a lógica da desconstrução não nos permite pensar em termos de originalidade absoluta ou em termos de repetição, de expressão confinada ao círculo de suas influências. Ela coloca em questão sua classificação histórica nos limites da “geração”, da “época”, da “escola” teórica. A periodização, a datação que decorre dos esquemas genealógicos tradicionais enfraquece a percepção do trato que o texto mantém com sua singularidade e que finalmente o constitui.

A desconstrução como lógica do texto

Sem uma origem à qual se referir como garantia para o cálculo de sua propriedade, sem uma genealogia entendida como linhagem ou como generalidade à qual se vincularia o sentido de sua singularidade, é a própria designação e a própria existência da desconstrução como identidade formalizável que fica comprometida. Para Derrida (1998), “a difi-

culdade de *definir* e, portanto, também de *traduzir* a palavra 'desconstrução'" liga-se ao problema da predicação em geral: a definição e a tradução são também desconstruídas ou desconstruíveis como processos de nomeação (p.23). Assim sendo, *desconstrução não é um nome*; a questão do nome faz parte da interioridade daquilo que se pretende nomear.

Sob sua forma nominal, a desconstrução parece designar uma linha de pensamento que dá lugar a um saber, a um conjunto de procedimentos sistematizáveis que poderiam inclusive institucionalizar-se. Escrita de preferência com uma maiúscula, a "Desconstrução" designaria um modo de entender e explicar a realidade de tal maneira que teria condições de presidir à fundação de escolas ou associações, por exemplo. Ora, os textos de Derrida, que normalmente inscrevemos como *corpus* principal da "Desconstrução", funcionam menos como nome próprio, menos como texto que aspira a uma presença clara ou singularidade única que como texto que temporaliza inscrevendo a dificuldade do duplo gesto como componente necessário do processo de designação.

A própria estrutura da nomeação, segundo Derrida, pressupõe a perda dentro da iteração, a modificação dentro da repetição: um nome é aquilo que substitui a coisa em sua ausência, ele a repete de alguma maneira, mas como substituto ele designa não sua presença, mas apenas uma forma de sua sobrevivência. A nomeação pressupõe a morte do nomeado e o nome, por definição, é aquilo que sobrevive ao nomeado, substituindo-o quando não estiver mais presente. Assim sendo, a verdade da coisa é representada e destituída pelo seu nome. Como falar então da "Desconstrução" (aquilo que com este nome designamos)?

Derrida não concebe sua desconstrução como algo que transcenda a singularidade do texto. A desconstrução não escapa à iteração e, portanto, à transformação, à tradução. Como conceber, nessas condições, uma metodologia, uma área de interesse, um conjunto de traços que se possa mobilizar em vista de uma operação analítica? Interessados em seu sentido mais rigoroso, devemos concluir que *a desconstrução não é um método*, "sobretudo se se acentua nessa palavra a significação chicaneira ou tecnicista" (1998, p.22). Seja como for, parece difícil imaginar um tal método, isto é, uma formalização das soluções específicas propostas pela desconstrução, sem que antes se compreendam os caminhos (filosóficos, psicanalíticos, lingüísticos, literários, artísticos) pelos quais ela vem trilhando e ganhando forma. Se há possibilidade de constituição de um método, é na medida em que o discurso levou a cabo a tarefa de seguir da maneira a mais cuidadosa o caminho rigoroso que a obra "original" lhe indicou.

Não se deveria entender a desconstrução como uma tentativa de fixar uma maneira, um “estilo” teórico, mas talvez, pela consideração da singularidade de seu evento, como uma forma de mudar o fluxo do pensamento em relação a um tópico particular. Esse apelo à consideração da singularidade, entretanto, não é suficiente para descrever o sentido da desconstrução. Como dissemos, esta não age somente como um movimento ativo do pensamento pensante. É preciso dizer que a desconstrução “não é sequer um *ato* ou uma *operação*.” Para Derrida, todo texto, inclusive a tentativa de desarticulação ativa, desconstrói-se por si mesmo, está impregnado pelo *princípio* desconstrutor. A desconstrução faz parte da lógica do texto, sempre singular, não é um nome que se refere a uma coisa, um método que se superpõe a um texto. Não há nomes ou métodos, ou seja, textos desprovidos das tensões entre exclusão e suplementaridade.

Há algo na desconstrução que é irreduzível à apropriação pensante, pelo simples fato de reconhecer-se desconstruindo-se. Para Derrida (1998), o texto se desconstrói:

a desconstrução não é sequer um *ato* ou uma *operação*. Não somente porque haveria nela qualquer coisa de “passivo” ou de “paciente” (mais passivo que a passividade, diria Blanchot, que a passividade tal como a opomos à atividade). Não somente porque ela não diz respeito a um *sujeito* (individual ou coletivo) que teria a iniciativa e a aplicaria a um objeto, um texto, um tema etc. A desconstrução tem lugar, é um acontecimento que não espera a deliberação, a consciência ou a organização do sujeito, nem mesmo da modernidade. *Isso se desconstrói*. (p.22-3)

O sentido dessa autodesconstrução não se opõe, portanto, ao princípio empírico de uma “subjetividade egológica”. Como traço inscrito nas coisas, como o próprio movimento da *coisa*, a desconstrução tem lugar como um *acontecimento* aparecendo diante da atenção ainda não dirigida de um ainda não sujeito. É considerando a relação do texto com essa sua estranha origem que podemos dizer que a desconstrução o constitui.

A constituição do sentido

A tradução é o lugar por excelência para se abordar a lógica do texto, para se questionar a hierarquização, a origem, o método, enfim, os imperativos até aqui tratados. Entendida como impossível, a tradu-

ção é também inevitável, a impossibilidade surge como a própria necessidade de se traduzir, instaurando aquilo que chamamos o *double bind* da tradução.

Analisando a relação entre a tradução e o texto original, fica explícito que a *desconstrução não prega a propriedade*, não se pode afirmar que um texto pertence a um autor que garantiria o seu sentido. Essa negação permite-nos questionar velhas concepções relacionadas à tradução, a começar pela própria origem do sentido. Se considerarmos a língua como unidade, a tradução aparecerá como um modelo clássico de univocidade transportável ou de polissemia formalizável (cf. Derrida, 1986), caracterizado pela necessidade de se delimitar os sentidos de qualquer palavra.

No caso do "*pharmakon*", por meio do qual se revela a ilusão do controle do sentido discutido por Derrida em *A Farmácia de Platão* (1991), a disseminação se manifesta como proliferação incontrolável de sentidos. O *pharmakon*, nesse caso, é veneno e remédio ao mesmo tempo, a ambivalência ocorre na medida em que há a fusão entre os opostos, numa operação dupla e impossível. Qualquer tomada de posição a favor de um ou de outro invalida a possibilidade do jogo de significações: "a indecidibilidade se perde e o *pharmakon* é um dos limites, uma das formas verbais, uma das palavras, mas haveria outras, muitas outras formas, que marcam o limite do filosófico como tradução" (Derrida, 1982, p.160).³

O *pharmakon* questiona a existência de uma verdade única e unívoca, a partir de sua instabilidade ou de sua ambivalência constitutiva. A "tese da traduzibilidade" é assim discutida e, nesse sentido, a tradução "fracassa", pois não há uma verdade formalizável que constitua o original. No momento em que se assume que o sentido não está no texto, mas se constrói a partir dele, a partir da intervenção de um sujeito, é possível afirmar que a *desconstrução não prega a verdade*; mais ainda, a hierarquização entre texto original e texto traduzido fica comprometida, uma vez que ambos são produções de um sujeito e provocam leituras e interpretações. Não há identidade entre os textos, conclusão óbvia quando lembramos que não pode haver nem mesmo identidade das línguas, razão pela qual só podemos esperar que a tradução seja a modificação dentro da repetição do original, a procura de sua sobrevivência.

3 Todas as citações são traduzidas pelos autores, exceto quando houver indicação do tradutor nas referências.

Se o original só (sobre)vive a partir de uma leitura, podemos dizer que a origem também não é originária, o que constitui uma dependência do original em relação à tradução. O sentido de uma palavra e de um texto constitui-se pela presença de traços de outras palavras e outros textos, que aparecem na leitura – ou até antes de cada leitura; a tradução, como produção de sentidos, torna-se assim inevitável.

O original deixa de ser a origem, e a própria relação de causa (original) e efeito (tradução) se desloca. Todo sentido remete a outro, tudo é leitura. Não há uma origem exclusivamente fora do texto, assim como não há uma origem que só dependa do texto, sem a intervenção do sujeito.

No fundo, se não há tradução também não há produção de sentidos. Por isso, devemos constatar a dívida que tem o original para com a tradução que, como acontecimento, não pode ser derivada e secundária em relação ao original. Nesse sentido, nada é intraduzível, “mas *em um outro sentido*, tudo é intraduzível, a tradução é um outro nome do impossível” (Derrida, 1996, p.103), deste impossível que constitui a estrutura do acontecimento como tal.

A tradução não escapa à transformação e, portanto, à disseminação de sentidos constitutiva daquilo que aparece tanto como texto original quanto como texto traduzido. Como escritura de um novo texto, a tradução designa-se em um ato singular (original) que pode produzir novos acontecimentos na outra língua.

A língua do outro

A desconstrução não é a lógica do mesmo, a existência do outro é deflagrada na tradução, não só como outro texto, mas especialmente como outra língua dentro da própria língua, evidenciando o problema da reconciliação entre as línguas. Questiona-se, dessa forma, a hierarquização entre língua materna e língua estrangeira, essa tradicionalmente vista como secundária, derivada, que vem em acréscimo, aquela como única, interiorizada, a mãe, não havendo pontos de contato entre elas. Haveria, ao contrário, diferenças e impureza na própria língua, e isso justifica a afirmação de que “nunca se escreve nem na própria língua, nem numa língua estrangeira” (Derrida, 1986, p.146).

Cada palavra, em qualquer língua, é a manifestação de uma leitura e pode ser considerada “estrangeira” cada vez que a utilizamos de uma outra forma.

E a tradução pode tudo, exceto marcar essa diferença lingüística inscrita na língua, essa diferença de sistema de línguas inscrita em uma só língua; no limite ela pode fazer passar tudo, exceto isso, exceto o fato de que há, em um sistema lingüístico, talvez várias línguas, algumas vezes, eu diria até sempre, várias línguas, e há impureza em cada língua (Derrida, 1982, p.134).

Ao questionarmos a oposição entre língua materna e língua estrangeira também estaremos redimensionando o que se entende e o que se fala sobre a tradução, especialmente no sentido que Jakobson (s.d.) denomina interlingual ou “propriamente dita”.

Se considerássemos essa divisão como válida, mesmo sabendo que pode pressupor uma unidade do sistema lingüístico caracterizada por uma delimitação do signo tanto na língua de partida como na língua de chegada, poderíamos recorrer ao sentido etimológico da palavra *interlingual*. Assim, abordariamos o prefixo latino *inter* significando aquilo que está *entre*, em uma posição intermediária, estabelecendo uma relação entre uma língua e outra, sem que se trate de transporte ou passagem. O interlingual poderia ser redefinido como o traço, como interferência recíproca entre as línguas, sem que tenham uma origem ou uma delimitação absolutas, o *inter* como possibilidade de deslocamento.

“A tradução não procuraria dizer isso ou aquilo, a transportar tal ou tal conteúdo, a comunicar tal carga de sentido, mas a *perceber e destacar [remarque]* a afinidade entre as línguas, a exibir sua própria possibilidade” (Derrida, 1987, p.220). A tradução do nome próprio retrata a diferença entre os sistemas lingüísticos: como a assinatura, ele pertence a uma língua, mas também deixa de lhe pertencer, ele proíbe uma tradução, ao mesmo tempo que a impõe, pela necessidade de apropriação, na outra língua, de algo que não lhe é próprio.

O movimento da tradução, de produção de sentido, ocorre quando “se procura” ou mesmo quando “se inventa” uma outra palavra “(a mesma e uma outra) para dizer a mesma coisa (a mesma e uma outra)” (Derrida, 1998, p.24). Esse movimento, que é necessariamente do deslocamento, do traço, do suplemento, leva-nos a concluir que a *desconstrução não prega a fidelidade*, pelo menos não da forma aceita tradicionalmente, fidelidade do texto traduzido ao autor ou ao texto “original”.

A crença no intocável deixa de ser o ponto de partida, pois existem outros fatores a serem ponderados ao tratarmos do ser ou não ser fiel, que vão desde a importância da letra, da palavra, da interpretação dada a essa palavra pelo tradutor, até a importância disso na outra língua presente – em presença – na tradução.

A mesma polarização espelha a relação original-tradução: para a metafísica ocidental o primeiro é sempre o intocável, o sagrado, aquele que pode ser retraduzido, enquanto a segunda é aquela que não existe sem o original. A relação original-tradução retrata, assim, uma das manifestações do logocentrismo, o falocentrismo, na medida em que o original aparece como masculino e a tradução feminino, priorizando-se o primeiro pólo dessa dualidade. *A desconstrução não é a lógica do masculino*, o que nos permite questionar tanto o papel do original como representante do poder, do absoluto, quanto o papel da tradução como subordinação, como secundária.

“A tradução é uma escritura, não é simplesmente uma tradução no sentido de transcrição, é uma escritura produtiva que é chamada pelo original” (Derrida, 1982, p.201-2). Ela constrói o sentido de seu original, em uma estrutura de iteração, de modificação dentro da repetição, ou seja, a tradução depende do original para essa construção, assim como o original depende de uma leitura que garanta sua sobrevivência.

O texto traduzido marca, ao mesmo tempo, a presença e a ausência do original, a possibilidade e a impossibilidade de o texto sobreviver em uma outra língua, numa estrutura de hímen, marca da presença e da ausência da virgindade, da consumação. O desejo da virgindade é o desejo de algo no original que a tradução não poderia tocar.

Mesmo que o texto traduzido “obedeça” à estrutura do texto original, o funcionamento do texto em uma língua difere do funcionamento em outra, um texto deixado em uma língua no texto original não é o mesmo texto quando deixado na mesma língua, na tradução. Observamos a presença da “língua do outro” especialmente em casos como o clássico texto de Walter Benjamin, “A tarefa do tradutor”, traduzido para o francês por Maurice de Gandillac. No texto em alemão, o francês aparece como outra língua, já que Benjamin cita Mallarmé sem traduzi-lo. Ao traduzir Benjamin, Gandillac também deixa as citações de Mallarmé em francês, assumindo formalmente a mesma postura de Benjamin. Entretanto, não podemos afirmar que o Mallarmé em francês no texto em francês é o mesmo Mallarmé do texto em alemão (Derrida, 1982, p.160).

A tradução, como texto governado por convenções, apresenta o performativo de uma “promessa”, aquela da afinidade, da reconciliação entre as línguas. A própria possibilidade da repetição de um procedimento assinala a iterabilidade, da qual depende o funcionamento da tradução como performativo, cuja característica constitutiva é a possibilidade do fracasso, de não atingir o efeito esperado, de não realizar um acontecimento. Nessa *possibilidade necessária* de fracasso, renova-se o *double bind*, o vínculo duplo, possível e impossível, da relação entre as línguas, entre os textos original e traduzido, entre autor e tradutor.

Conclusão

Se uma das características mais marcantes da desconstrução é que ela se coloca como tradução, destacando passagens, transferências e desvios, ou seja reconhecendo seu caráter de *leitura*, podemos dizer que tradução e desconstrução são, neste caso, termos substituíveis, sem serem identificáveis, o que instaura uma especularidade infinita no uso de uma pela outra. A consideração do acontecimento da desconstrução como tradução implica, portanto, uma reflexão sobre a sobrevivência difícil da língua do outro, sobre o difícil fechamento do discurso.

Fazendo face a esse imperativo, o decálogo que apresentamos procura ter como característica básica de sua constituição as questões que reconhecemos aqui como essenciais, procura interrogar o problema da assinatura do outro como uma espécie de sobrevivência. Sua distância irônica marca a diferença implicada nessa sobrevivência, fatalidade de toda leitura.

Refazemos, assim, o movimento de uma *mise en abyme*: não se pode sair da escritura, do texto, de sua interioridade duplamente determinada. Mesmo evitando a singularidade de sua manifestação, erigindo o comentário em método, isto é, buscando a duplicação do mesmo, o texto fala sobre sua própria existência marcada, na origem, por uma alteridade. A tradução, como escritura, redefine, de alguma maneira, sua relação com o outro ao voltar-se para a experiência de sua própria significação. Ler ou traduzir é reconhecer, na trama desse acontecimento, o movimento de uma desconstrução.

LIMA, E., SISCAR, M. The decalogue of deconstruction: translation and deconstruction in the work of Jacques Derrida. *Alfa (São Paulo)*, v.44, n.esp., p.99-112, 2000.

- **ABSTRACT:** *This paper aims to make a negative word portray of that could been called the reading method of the deconstruction as a starting to understand the translation process through out a way of the meaning constitution. The ambivalent status of deconstruction has a correspondent in the translation theoretic situation, insofar as it supposes the constituent difference of every lecture, implicating in a survival of the language of the other.*
- **KEYWORDS:** *Deconstruction; Jacques Derrida; translation; critical methods.*

Referências bibliográficas

- DERRIDA, J. *Marges – de la philosophie*. Paris: Minuit, 1972.
- _____. *L'oreille de l'autre: otobiographies, transferts, traductions*. Montreal: VLB, 1982.
- _____. *Survivre*. Journal de bord. In: _____. *Parages*. Paris: Galilée, 1986.
- _____. *Psyché: inventions de l'autre*. Paris: Galilée, 1987.
- _____. *A farmácia de Platão*. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 1991.
- _____. *Le monolingüisme de l'autre*. Paris: Galilée, 1996.
- _____. Carta a um amigo japonês. Trad. Érica Lima. In: OTTONI, P. (Org). *Tradução: a prática da diferença*. Campinas: Ed. Unicamp/Fapesp, 1998.
- HABERMAS, J. *Le discours philosophique de la modernité*. Trad. Christian Bouchindhomme e Rainer Rochlitz. Paris: Gallimard, 1988.
- JAKOBSON, R. *Linguística e Comunicação*. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, s.d.
- LEVY, Bernard-Henry. Derrida n'est pas un gouru. *Magazine Littéraire*, n.88, maio, 1974.
- SANTIAGO, S. (Org.). *Glossário de Derrida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.